

Destaque

'Porto Protocol' lançado no Porto com Barack Obama à procura de soluções para as alterações climáticas



ADRIAN BRIGDE PEDE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL ANTES DE ALTERAR A LEI

"É perfeitamente possível fazer uvas no Vale do Douro sem regar"

Págs. II, III e IV



Destaques

Há 477,6 milhões até 2020

MAR 2020 com taxa de execução de apenas 18,2%

Pág. V

ANIL: "É preciso desmistificar a ideia de que os produtos lácteos são nocivos para a saúde"

Págs. VI-VII

AJAP quer "maior apoio e maior informação aos jovens agricultores"

Pág. VIII

Editorial

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt



Execute-se o MAR 2020

Aníbal Cavaco Silva, ex-Presidente da República, presidiu, a 3 de março de 2016, no Forte de São Julião da Barra, em Oeiras, a um conselho de ministros inédito, dedicado ao mar. O convite partiu do primeiro-ministro, António Costa, e lá se debateu o tema, considerado "prioridade nacional", assim como a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2014.

A 17 do mesmo mês, numa deslocação à Universidade do Algarve, a ministra do Mar, Ana Paula Vitorino, lembrou que a economia do mar "não ultrapassa, atualmente, 2,5% do peso de a economia nacional", representando "muito pouca economia para tanto mar". Assumiu, pois, ali, perante académicos e especialistas, um dos objetivos do Governo: "duplicar esta percentagem até 2020".

Bem sabemos que esse desígnio não depende só – nem sequer na sua maior parte – dos apoios públicos ao setor. Mas a baixíssima execução do MAR 2020 a pouco mais de dois anos do fim do período de programação – 9% a 31 de dezembro de 2017 e 18,6% a 30 de abril de 2018 – não nos deixa descansados quanto à capacidade para executar o programa a 100%.

Falamos, é certo, de um programa operacional escasso. O PDR 2020, por exemplo, tem mais de 4178 milhões de euros de dotação para os mesmos sete anos. E já leva, por sinal, uma execução superior a 41%, sendo Portugal o terceiro Estado-membro da UE com melhores resultados. Mas, por escassos ou vultosos que sejam os apoios, nenhum país, muito menos Portugal, se pode dar ao luxo ou à incúria de desperdiçar um cêntimo, sob pena de comprometer a iniciativa privada e empresarial, a competitividade do país e o seu desenvolvimento futuro.

Os alertas para a fraca execução do MAR 2020 são mais do que muitos. O deputado social-democrata Ulisses Pereira lembrou, em maio, à ministra do Mar, na Assembleia da República, a "muito baixa taxa de execução" do programa, sobretudo quanto à medida "Investimento a Bordo e Seletividade".

Humberto Jorge, presidente da Associação das Organizações de Produtores da Pesca (ANOP) do Cerco, queixou-se há dias da "elegibilidade muito reduzida dos projetos" e o presidente da Associação de Armadores da Pesca Industrial (AAPI), Pedro Jorge Silva, exige apoios para ter as embarcações "dotadas de todos os meios de conservação do pescado, de habitabilidade e de monitorizações mais económicas e menos poluentes".

Sim, saímos em junho de um processo de ajustamento das dotações financeiras alocadas a algumas medidas do MAR 2020. Mas isso não chega. É forçoso imprimir uma nova dinâmica à execução do programa.

Desperdício alimentar vai ser reduzido em 15% dentro de 10 anos



Rui Rosa Dias, docente e investigador do IPAM.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Um estudo do IPAM - Instituto Português de Administração de Marketing coordenado por Rui Rosa Dias, Mafalda Nogueira e Sandra Gomes sobre tendências alimentares revela que, até 2027, o desperdício alimentar será reduzido em 15%. Essa é, pelo menos, a opinião de 86,1% da amostra de 24 especialistas do setor académico, público e privado (investigadores, professores, jornalistas, ex-governantes, empresários e chefes de cozinha), que consideram que as políticas governamentais, dentro de 10 anos, deverão fazer reduzir o desperdício de bens alimentares.

Por outro lado, 84,7% desses especialistas, que participaram em três rondas de questões tendo por base o modelo e a metodologia Delphi, acreditam que o consumo 'per capita' de produtos biológicos aumentará para 10 euros.

"A realidade dos dias de hoje, no que toca ao setor agroalimentar português, vai dando sinais claros de que, inequivocamente, as tendências para os próximos anos, algumas delas pré-anunciadas, emergirão ainda antes do previsto", afirma Rui Rosa Dias na publicação que agrega as primeiras conclusões deste estudo apresentadas na última semana no IPAM.

O docente e investigador é doutorado em Economia Agrária pela Escuela Técnica Superior de los Ingenieros Agrónomos de Madrid e especialista em Marketing Agro-Alimentar, Economia Agrária, e Comportamento de Consumo. Foi assessor da Direção da cooperativa AGROS nos setores de Marketing, Inovação e Agricultura Biológica, tendo sido responsável pelo desenvolvimento do primeiro leite biológico em Portugal daquela marca, em 2007, a partir de uma parceria com quatro produtores de Mogadouro. É também, com Jorge Alas, autor do livro "Os trilhos do marketing agroalimentar", editado pela "Vida Económica".

Neste introito às conclusões deste estudo sobre as tendências de consumo nos próximos 10 anos, Rui Rosa Dias afirma que "será uma realidade cada vez mais evidente ter-se de conviver com uma certa bipolaridade das cadeias de valor agroalimentares". E, assim sendo,

"não só em Portugal, mas também em todo o mundo sobressairá o eixo da naturalidade, com base nos conceitos que determinarão os caminhos futuros ao nível da sociologia do consumo - produtos oriundos da agricultura tradicional, biológica, biodinâmica, sintrópica à própria agroecologia".

Segundo o investigador, "paradoxalmente, e após diversos avisos, serão os recursos naturais a impedir a manutenção dos atuais padrões de consumo e desperdício agroalimentar e florestal". Aliás, para o docente do IPAM, "o clima, o alimento e a mesa formarão uma equação de equilíbrios, que a nova era agroalimentar se há-de encarregar de nos forçar à adaptação".

Preferência dos consumidores pelos canais curtos de distribuição

Voltando ao estudo, e de acordo com 88,6% dos especialistas, "as culturas e tradições da gastronomia portuguesa serão mais valorizadas, no que diz respeito ao princípio 'justo' da 'Slow Food'". Aliás, em termos de produção associada ao conceito 'limpo' - com respeito pela biodiversidade, preservação dos ecossistemas potenciadores do equilíbrio e da agroecologia em todas as etapas da cadeia agroalimentar e florestal -, "o crescimento da agricultura sintrópica e dos produtos de excelência é identificado por 87,5% dos especialistas como uma forte tendência de ocorrência até 2027".

Há uma outra conclusão: 86% dos especialistas afirma que o canal horeca português apostará na certificação 'Slow Food'. E 87,2% estima que "a preferência dos consumidores incidirá nos canais de proximidade e canais curtos de distribuição".

No conceito 'bom', associado ao prazer e felicidade, "a 'Portuguese Comfort Food' passará a estar incluída na opção de menu de acordo com 86,4% dos 'experts'". Já no que diz respeito à saúde, "as embalagens privilegiarão informação clara e objetiva sobre o grau de dependência que o produto pode provocar, garantem 81,5% dos especialistas". Por outro lado, a verdade agroalimentar possível com base na cocriação é outra tendência indicada por 80,6% dos especialistas.

(Continuação da página anterior)

VE - Mas não estava a referir-me ao período da plantação, mas à fase em que as videiras já estão em plena produção.

AB - Bem, eu acho que é fundamental que se faça um estudo ambiental, também para ver se as bombas [de captação de água] estão licenciadas. Porque há regras de licenciamento para tirar água do rio Douro. E paga-se por essa água? Isso é importante. Este é um problema de todos. Pode-se tirar água porque parece que não custa nada, mas custa. E não se pode tirar água do rio até um ponto em que não haja água. E é a mesma coisa com o peixe.

VE - Portanto, é contra essa alteração da lei?

AB - Eu acho que é importante estudar mais, do ponto de vista ambiental e, no mínimo, as pessoas têm de pagar, litro por litro, a água que tiram do rio Douro. É fundamental. É fundamental. Se tiram [água], pagam. Claro. Porque há custos.

VE - Mas uma coisa é bombar água diretamente do rio e outra é fazer um furo na exploração para captar água do subsolo.

AB - Bem, nesses casos temos de ter cuidado com esses furos. Têm de estar licenciados. E outra coisa diferente é fazer uma barragem numa zona plana, como no Alentejo, para armazenar águas pluviais. Completamente diferente é bombar água do rio. Se todos tirarmos água do rio no Pinhão, na Régua ou em Barca d'Alva isso afeta o caudal do rio. E se eliminarmos o caudal, de onde vem a electricidade para o Vale do Douro?

Portanto, o que quero dizer é que uma coisa que, à partida, parece muito simples, na realidade pode ter impactos, muitos impactos na sustentabilidade dos recursos, ao nível ambiental, da energia, e da vida dentro do rio. É fundamental estudar isto tudo.

O problema do Douro e da qualidade das uvas no Douro não está ligado com a capacidade de rega ou não rega. Está completamente ligado aos incentivos que os lavradores recebem ou não para fazer os tratamentos. E eles não estão muito preocupados com a qualidade das uvas porque o seu papel vale quatro vezes mais do que as uvas. A realidade do Vale do Douro é que o melhor lavrador é aquele que tem um papel e não tem a responsabilidade das uvas. O problema é que há muita gente que quer uvas de qualidade e diz 'ok, vamos plantar áreas novas'. E regam. Não. Isto não é solução. No que eu posso concordar é na falta de uvas de qualidade no Vale do Douro, não por falta de potencial do Vale, mas por falta de incentivos aos lavradores para fazerem as suas uvas. É uma matéria complexa. Estamos a falar da sustentabilidade económica do Vale do Douro. Portanto, a solução será 'podes regar'? Eu não sei se daqui a cinco anos não teremos um desastre ambiental e as pessoas depois vêm dizer 'ah, ca-

ramba, o que é que é se passou?'. E, naquela altura, é tarde. Portanto, tem de se estudar bem.

VE - O senhor em algum momento já falou com o presidente do IVDP sobre esta questão, alertando-o para essas preocupações?

AB - Eu já conversei com o Manuel Cabral. Ele sabe perfeitamente qual é o nosso ponto de vista. Ele é uma pessoa com responsabilidade institucional e tem de ouvir todas as vozes. E há muitas vozes que querem [o fim do princípio da proibição da rega na RDD]. E só quando foi anunciado pela sua publicação [entrevista de Manuel Cabral ao suplemento 'AgroVida' publicada a 6 de abril de 2018 no jornal "Vida Económica"] é que nós tomámos conhecimento de que isto ia acontecer. E depois da publicação da entrevista eu fui falar com ele. Entende? E ele sabe a nossa preocupação. E eu disse: 'cuida-



Barack Obama está hoje no Porto para o 'Climate Change Leadership Porto Summit 2018'.

do. Precisamos de estudar'. Eu sou uma pessoa de ação, de fazer coisas. Mas, algumas vezes, é importante pensar bem. E disse-lhe: 'eu escrevi um artigo há seis anos atrás sobre os lagos do Douro. Os novos enólogos acham que há água a mais, mas tiras as barragens e vamos ver qual é a água que nós temos no Vale do Douro'.

VE - O Conselho Interprofissional do IVDP vai votar uma possível alteração à lei este mês de julho. Acredita que a maioria das entidades que aí têm assento vão pronunciar-se a favor?

AB - Não sei. É uma votação democrática e elas votam como quiserem. Mas eu não altero a minha opinião de que isto é um pouco perigoso. Acho que tem de se estudar bem. O problema é que esta é uma reação ao que se passou em 2016. E 2017 foi um ano seco. E a fonte do nosso rio secou. Imagine: a fonte secou e nós estamos a tirar milhões de metros cúbicos de água por dia. Eu não sei qual é o volume de água que está no rio Douro. Mas é fácil. Um engenheiro pode calcular. E podemos saber, dentro desse volume de água, se tirarmos um milhão de metros cúbicos, quanto fica. E se tirarmos esta água em dias de sol e calor - obviamente em dias de chuva ninguém quer tirar água - isto tem um impacto. E pode-se calcular. E é de bom senso que se faça isso. Antes de alterar a lei.

MAR 2020 com taxa de execução de 18,2%



Ana Paula Vitorino, ministra do Mar.

A pouco mais de dois anos do fim do período de programação, o programa operacional MAR 2020, com uma dotação global de 477,6 milhões de euros até 2020 (392,4 milhões da UE mais 108,6 milhões de euros de participação nacional), registava, a 30 de abril, uma taxa de execução de apenas 18,6% e uma taxa de compromisso que não ultrapassava os 50,2%. Também até abril, o Programa de Desenvolvimento Rural (PDR 2020) estava executado em 41%. A "Vida Económica" questionou, insistentemente, o Ministério do Mar sobre a taxa de execução do programa até ao final do primeiro semestre de 2018, mas não obteve dados atuais nem explicações para os mesmos. A 18 de junho, data em que foi publicado o relatório anual de execução referente a 2017, o MAR 2020 tinha uma taxa de execução de apenas 9%.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O MAR 2020 tem por objetivo implementar em Portugal as medidas de apoio enquadradas no Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP). Em janeiro deste ano, Ana Paula Vitorino, ministra do Mar, afirmou no Parlamento, durante uma audição na comissão parlamentar de Agricultura e Mar, que, para 2018, o Governo espera alcançar uma taxa de execução do MAR 2020 de 25% e de 50% de taxa de compromisso, embora, até abril, não ultrapasse os 18,2%.

O ano de 2017 é já o quarto do período de programação 2014-2020, mas no relatório de execução a autoridade de

gestão, liderada por Teresa Almeida, assume que, naquele ano, "o foco incidu sobretudo na divulgação dos apoios e na ampliação dos compromissos". Isto, ainda que diga que "não descurou a importância da execução".

Diz o relatório que, "em 2017, foram operacionalizadas 26 das 30 medidas passíveis de implementação". Para 16 dessas medidas, a apresentação de candidaturas é efetuada em contínuo, estando as restantes dependentes da prévia publicação de aviso de abertura. Para as medidas sujeitas a abertura de candidatura, "foram publicados 49 avisos, para um montante total de 151 milhões de euros de despesa pública". No fim de 2017 "encontravam-se abertos 28 avisos, com um 'plafond' associado de 26 milhões de euros de despesa pública".

No final de 2017, "encontravam-se selecionadas 1963 operações, das quais 589 estão concluídas", lê-se ainda no relatório. O nível de compromisso do MAR 2020 "passou de cerca de 38 milhões de euros de FEAMP, em 2016, para cerca de 160 milhões em 2017, o que correspondeu a um acréscimo da taxa de compromisso de 10% para 41%". Quanto à execução, diz a autoridade de gestão que "partimos de cerca de 11 milhões de euros de FEAMP em 2016, para atingir cerca de 24 milhões de euros em 2017, o que corresponde a um incremento de 6% na taxa de execução do MAR 2020 no período de referência".

A autoridade de gestão admite que "os dados de 2017 divergiam ainda significativamente dos objetivos e metas para 2018, quer no que respeita a indicadores de realização, quer relativamente aos indicadores financeiros". Há, ainda assim, "sinais positivos" que permitem "perspetivar progressos significativos" no primeiro semestre de 2018.

Fábrica de Cervejas Portuense faz 'rebranding' da Nortada e entra na grande distribuição

A Fábrica de Cervejas Portuense, inaugurada há pouco mais de um ano no centro do Porto, apresentou ao mercado uma nova imagem da Nortada e duas novas gamas da sua cerveja: a Dark Lager e a Weiss Bier. Em fevereiro abriram um bar e um restaurante no interior da fábrica, lado a lado com os tanques de fermentação e o laboratório. Ali servem pratos vários, 'snacks', bruchetas e hambúrgueres e, durante a semana, 50% dos clientes já são estrangeiros. Depois de 3,5 milhões de euros de investimento total, o 'breakeven' desta operação pode ser atingido "a seguir ao verão", já o retorno global do projeto só "em 2020", revela Pedro Mota. O próximo passo está à porta: a 15 de julho, com a entrada nas cadeias Lidl, a Nortada estreia-se na grande distribuição.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Seguramente que a entrada da Nortada nas lojas Lidl vai incrementar a nosso volume de negócios e vai ter um grande impacto nas nossas vendas", afirma Tiago Talone, licenciado em Marketing pelo IPAM. Ele que, com Pedro Mota, formado em Microbiologia pela Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica do Porto, ambos ex-colegas de estágio na Unicer, lançaram mãos à obra no coração da Invicta para conseguirem juntar "o melhor de dois mundos: a melhor maquinaria e a melhor matéria-prima" para a produção de uma família de sete estilos de cerveja. Todas feitas à base de receitas tradicionais e 100% malte.

Além do Lidl, a cerveja Nortada já está à venda "em todas as lojas do El Corte Inglés", assim como nos supermercados Auchan e Apolónia, no Algarve. "Crescemos imenso no Porto em 2017", refere Tiago Talone, revelando que também já estão a operar em Braga, Espinho e Póvoa de Varzim e, desde 1 de junho, em Lisboa, na restauração, através de um distribuidor. A estimativa, diz o gestor, é atingir os dois milhões

Se tudo evoluir bem em termos de vendas, em 2019 a Fábrica de Cervejas Portuense vai investir 100 mil euros na instalação de novos tanques de fermentação, que permitam passar dos atuais 800 mil litros por ano para dois milhões de litros

de euros de faturação em 2018, num momento em que são já "a micro cervejeira com maior capacidade de produção" em Portugal.

E o 'rebranding' da marca vem ajudar. "A marca foi lançada em abril de 2017 e, na altura, quisemos prestar uma homenagem à cidade do Porto e às freguesias. Hoje, sem deixar de querer continuar a fazer essa homenagem, sentimos que as pessoas olhavam a cerveja como regional e quisemos ampliar esse conceito", refere Tiago Talone. Estão, pois, apostados em sublinhar, além do

da casa', quer "fazer sentir aos clientes o caráter artesanal" do produto. "O consumidor hoje está muito mais atento, começa a haver muita procura pelas cervejas artesanais e esta nova imagem ligeiramente mais divertida é mais apelativa e vai ter impacto junto dos consumidores mais jovens", frisa Tiago Talone.

Para 2019 já há novos planos. "O investimento está completamente concluído, mas queremos aumentar a nossa capacidade de fermentação", revela Pedro Mota. Em conversa com a "Vida Económica", diz que a

Fábrica de Cervejas Portuense,



"se tudo evoluir bem em termos de vendas", deverá instalar novos tanques de fermentação, que permitam passar dos atuais 800 mil litros por ano para dois milhões de litros. Será um investimento de "cerca de 100 mil euros".

A empresa emprega 52 pessoas em plena baixa do Porto, 20 das quais na restauração, e o balanço é "positivo", garante Pedro Mota. "É claro que há erros e há ainda muita coisa a melhorar, mas o mais importante é a nossa capacidade de reagir rápido ao mercado". Para quem produz e leva ao público uma cerveja artesanal, "é muito importante perceber o consumidor". Daí, diz, "nunca podemos tirar o pé do acelerador".

Novos tanques de fermentação em 2019

Muito embora as cervejas industriais cheguem "a todo o lado" e "a um preço mais baixo", a Nortada impõe-se "pela diferença". E todo o trabalho de 'rebranding', "feito pela equipa criativa e de designers

DIRETORA-GERAL DA ANIL DIZ QUE A NOVA ESTRATÉGIA EUROPEIA PARA OS PLÁSTICOS VAI "OBRIGAR A INDÚSTRIA A REPENSAR A EMBALAGEM"

"É preciso desmistificar a ideia de que os produtos lácteos são nocivos para a saúde"

Maria Cândida Marramaque, há 18 anos responsável pela assessoria técnica da Associação Nacional dos Industriais de Laticínios (ANIL), acaba de ser nomeada diretora-geral, sucedendo a Paulo Costa Leite, recentemente desaparecido. Na sua primeira entrevista após iniciar funções, fala à "Vida Económica" das prioridades que tem pela frente, da nova estratégia europeia para os plásticos que "vai obrigar a indústria a repensar a embalagem" e da batalha que é preciso travar para "recentrar" o debate à volta dos lácteos, desmistificando a ideia de que são nocivos para a saúde, "como muitas vezes querem fazer passar". "É preciso capitalizar a ideia da naturalidade do produto e da proximidade com a natureza", diz.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A nova estratégia da Comissão Europeia para os plásticos, que visa iniciar o processo de transição para uma economia mais circular e que obriga a que, até 2030, todas as embalagens de plástico no mercado da UE sejam recicláveis e que o consumo de objetos de plástico descartáveis seja reduzido e a utilização intencional de microplásticos restringida, vai impor muitas mudanças no setor dos laticínios. Desde logo, "uma reformulação do que poderá a ser a apresentação do produto ao consumidor", alerta Maria Cândida Marramaque.

A nova diretora-geral da ANIL fala desde logo nas "palhinhas". E avisa: "nas unidades, a tendência será para acabarem e serem substituídas. Vamos ver como tudo funciona. Estamos a começar. E tudo tem a ver com o facto de haver muitos plásticos espalhados

Basta adaptar uma máquina que o custo é brutal. Muitas vezes fala-se por que é que há poucos tamanhos disponíveis dos produtos no mercado, mas mudar tamanhos implica máquinas diferentes e representa mais custos. E implementar um novo sistema de embalagem vai trazer um novo custo às empresas", alerta esta responsável.

"A manteiga está na moda, novamente"

A ANIL agrega 48 empresas associadas, num total de 350 existentes no país. O setor é responsável por um volume de negócios de 1379 milhões de euros (dados de 2016) e dá emprego a 5800 pessoas.

"Temos um setor lácteo espalhado pelo país inteiro", constata a nova diretora-geral, notando que "as maiores empresas são de transformação de leite", com a Lactogal à cabeça - detida pela Agros, Proleite e Lacticoop, com 944,2 milhões de euros de volume de negócios e 2100 colaboradores - mas, também, com a Parmalat, a Bel e a Danone. "Depois temos empresas mais pequenas. Maioritariamente as empresas de laticínios em Portugal são de transformação de leite em queijo".

O Instituto Nacional de Estatística (INE) ainda não revelou números de 2017, mas os dados preliminares apontam para "um aumento, pequenino (0,4%), da recolha de leite e um ligeiro acréscimo da produção de lácteos", embora não em todos os segmentos. "Temos um pouco menos de leite acidificado ou iogurtes e de leite gordo e um ligeiro acréscimo de

Queijo estrangeiro "chega cá muitíssimo mais barato"

A verdade é que de 2017 ainda não há "sequer estimativas". Como a responsável da ANIL apenas trabalha com dados do INE, não tem certeza se há ou não uma inversão de tendência. "Mas, se assim for, é bom. Vamos esperar que



Maria Cândida Marramaque é a nova diretora-geral da Associação Nacional dos Industriais de Laticínios (ANIL).

seja, de facto, uma inversão das quebras no consumo", diz.

Já nos iogurtes, é diferente. "Mantemos um consumo 'per capita' na ordem dos 20 quilos por ano". Por outro lado, "temos perdido em termos de leite líquido, mas temos vindo a aumentar o consumo de queijo. Neste momento estamos com cerca de 12 quilos 'per capita' por ano, o que é muito bom". E a boa notícia é que "há espaço para crescer mais", porque "o queijo é um produto de que se fala todos os dias, aparecem novas lojas de queijos, quase todos os dias aparece nas tendências, aparecem pessoas a falar e a consumir queijo".

E temos condições para fazer diminuir as importações de queijo?, perguntámos, questionando por que é que importamos tanto queijo. A diretora-geral da ANIL hesita, mas concede que isso "tem a ver com o preço do queijo que vem de fora". Lembrando que "temos de ter sempre alguma importação de especialidades de outros países, porque isso faz parte da diversidade do mercado", Maria Cândida admite que "comprar queijo produto básico de outros países prende-se com o preço de produção e com a disponibilidade do produto noutros mercados e que chega cá muitíssimo mais barato". Depois, nos lineares, "os primeiros preços de muito produto [queijo] que estão por aí são preços de combate para o consumidor". A responsável da ANIL não tem dúvidas: "temos 80 mil toneladas de queijo produzido em Portugal e, destas, 60 mil são de leite de vaca e cinco mil tonela-

das feitas a partir da mistura de leites". Apesar disso, "ainda importamos cerca de 50 mil toneladas de queijo. É muito queijo que estamos a importar".

Portanto, o preço "influi" diretamente nas importações, mas, ainda assim, "temos capacidade para crescer e para produzir mais queijo. Até porque a maior parte do leite produzido em Portugal vai para a produção de queijo", pois "para cada quilo de queijo precisamos de cerca de 10 litros de leite".

Mas a pergunta impõe-se: um aumento da produção de queijo poderá levar a que o preço pago à produção também aumente, tendo em conta que o queijo é um produto de maior valor acrescentado? Em resposta, Maria Cândida Marramaque fala do "valor que se perde na cadeia de distribuição". Não querendo "apontar um dedo à distribuição", começa a fazer cálculos: "um quilo de queijo custa cinco/seis euros na montra de um hipermercado. Ora, se eu, para cada litro de leite, pago 30 ou 30 e qualquer coisa centimos à produção, e se preciso de 10 litros de leite para fazer um quilo de queijo, são três euros, três euros e tal, certo? O que é que me fica? Três euros ou menos. Eles [distribuição] vendem a seis euros o quilo. Ou, se o produto estiver em promoção, até [vendem] a 5,5 euros ou a 4,5. Portanto, há três euros ou menos que não chegam à indústria". E deixa a pergunta no ar: "como é que eu faço [a indústria] para pagar os equipamentos, as minhas contas de eletricidade,

água, transportes, gás, óleo, salários? Onde é que isso fica? Não fica. A indústria não tem disponibilidade para este fator". O problema, diz, é que "vemos qual é o preço de venda de um litro de leite em Portugal e em Espanha. Neste momento, lá custa mais 30 ou 40 centimos".

"Há sempre um estrangulamento" para a inovação na indústria

E porque é que isso acontece, afinal? O consumidor português está menos disposto a pagar pelo leite? A diretora-geral da ANIL nem hesita: "o consumidor português está disposto a pagar menos por tudo", diz, lembrando que, a par disso, "temos produtos que são chamariz em termos de ação promocional. E o leite é um deles. E o queijo também. Não há um folheto de supermercado que não traga o queijo. Temos alguns produtos que são chave para chamar o cliente à loja: o leite e o queijo são dois".

Questionada sobre se isso reduz a sua capacidade financeira para a inovação e para acrescentar valor ao produto, Maria Cândida hesita. Mas acaba por reconhecer que "há sempre um estrangulamento", apesar do "dinamismo" e da "vontade de trabalhar novos produtos e novas dimensões para o consumidor final".

Porque, afinal, "basta fazer contas: se eu tenho um litro de leite que custa 30 centimos, tenho de o tratar termicamente, tenho de o pôr no pacote, pô-lo na

distribuição e se ele é vendido a 40 ou a 45 ou a 50 centimos, onde é que está a margem? São contas simples. Nós temos produtos que utilizam um ingrediente principal. Quando estamos a falar de inovação e de novos produtos, onde é que vemos isso? Nos iogurtes. É um setor muito dinâmico. Também na indústria de queijo hoje em dia temos novos produtos para novos momentos de consumo, com o acrescentar de novos sabores. Isso permite uma nova dinâmica. E apesar do investimento que é necessário fazer em embalagem e rotulagem, mantém-se dinâmico e não sente muito este esmagamento por parte da distribuição".

Maria Cândida Marramaque constata: "em Portugal temos um setor de leite UHT muito forte. Depois temos os leites aromatizados, compostos, que trabalham gamas específicas de pessoas. A sensação que tenho é que, por força da crise que existiu, algum tipo de pro-

duto deixou de estar tão visível no linear. E só aquele consumidor que era muito certo é que se manteve. As pessoas voltaram ao produto base, a não ser aquelas que procuravam algum benefício em termos de saúde com o adicionar de algum com-



ponente. Houve foi um grande dinamismo nos leites sem lactose".

Porquê? "Porque o consumidor pede", diz a responsável da

ANIL. "E a indústria adaptou-se. E também temos um grande dinamismo nos leites mais perto da natureza, porque o consumidor procura". Aliás, diz, "é uma coisa que temos de fazer e que eu gostaria

de capitalizar", ou seja, "transmitir ao consumidor que o produto lácteo é um produto muito perto da natureza, muito pouco processado, apesar de olharmos para uma fábrica e ela poder parecer altamente tecnológica e de ter de assegurar

rar todas as condições de segurança alimentar para o consumidor". Não obstante, "o leite tem unicamente um tratamento térmico".

"Consumidor vai de palpito em palpito, de tendência em tendência"

O que existe, lamenta Maria Cândida, "é cada vez mais ruído. E tendências em termos de nutrição, de vivências a nível mundial, que fazem com que o consumidor experimente novos produtos. Estamos numa fase de experimentação, as pessoas querem sair daquilo que consumiam, porque há uma tendência para uma alimentação saudável que traz um monte de novos alimentos completamente fora do que era a nossa dieta". Portanto, "há que ganhar o consumidor para o consumo do leite e explicar-lhe os benefícios".

A diretora-geral da ANIL tem noção da "tendência do 'sem

isto' ou 'sem aquilo' e 'sem lácteos'", notando que "facilmente encontramos um consumidor que diz que é intolerante à lactose, mas sem perceber se é intolerante de facto, ou seja, depois de efetuar um teste. São modas, tendências, sem qualquer sustentação médica, só porque alguém diz 'olha, retirei os lácteos da minha dieta e sinto-me fenomenal, muito mais leve'. E depois vem outro e diz 'olha, eu retirei a carne' e outro ainda que diz 'retirei os brócolos e sinto-me maravilhosamente'. E estamos nisto. O consumidor vai de palpito em palpito, de tendência em tendência".

Qual é, então, a prioridade? É "recentrar, capitalizar a ideia da naturalidade do produto, da proximidade com a natureza e para aquilo que são consumos de produtos lácteos recomendados, mostrando que o produto lácteo, mesmo que seja adicionado de outros elementos, não é nocivo, como muitas vezes querem fazer passar".

5 | 6 | 7 SETEMBRO 2018
Valada do Ribatejo
AGROGLOBAL

WWW.AGROGLOBAL.PT

Nós semeamos... **NEGÓCIO!**

Logos of participating companies: ADP, AgriPro, Agrovete, altri, ASCENDUM, AJULIO, AUTO INDUSTRIAL, BAYER, borrego, BPI, Carmo, CNH INDUSTRIAL, CONSULAI, AMORIM, COTESI, Crédito Agrícola, DEIBA, edp, ENTREPÓSITO, EuroBic, FERTINAGRO, FERTIPADO, fto, GALUCHO, GRUPO OPTI, HANDEL, HARPER REGAS, IRRICAMPO, Jerónimo Martins, JOHN DEERE, Lusossem, MACEB, Millennium, moneris, MONLIZ, MONSANTO, NAVIGATOR, NOVO BANCO, Otech, PELARIGO, petrobérico, PIONEER, CORBATATA, PORTUGAL FRESH, REPJOL, Santander, SAPEC, sovena, STIHL, syngenta, TECNIFERT, TERRAFERTIL, UBYFOL, Nufarm, Veolia Commercial.

AJAP quer "maior apoio e maior informação aos jovens agricultores"

O futuro dos jovens agricultores seria mais bem-sucedido "se existisse um modelo de acompanhamento" da sua atividade, assim como "maior preocupação com os que se têm instalado recentemente" e com os que se instalaram no âmbito do PRODER, mesmo os que ainda não têm o processo encerrado. Em entrevista à "Vida Económica", o diretor-geral da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP), Firmino Cordeiro, fala de "atrasos" nas aprovações dos projetos, nos pagamentos e nos pedidos de pagamento. E, "por vezes, alteram-se as regras", "falha a comunicação e a informação", o que causa "transtornos" aos jovens investidores.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt



"Acredito que o atual ministro da Agricultura, pela sua experiência negocial, ainda possa atenuar os cortes que se anunciam em relação ao II pilar da PAC", diz Firmino Cordeiro, diretor-geral da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP).

Por vezes, alteram-se as regras, isso causa transtornos, muitas vezes, a comunicação e informação também falham, o que nos leva a acreditar que, no futuro, temos mesmo de implementar um sistema de maior apoio e de maior informação aos jovens agricultores.

VE - Como sabe, está em discussão pública o próximo quadro financeiro plurianual 2021-2027. Que comentário lhe merece esta primeira proposta de orçamento da Comissão Europeia?

FC - Acho que ainda nada está encerrado. Acredito que o atual ministro da Agricultura, pela sua experiência negocial, ainda possa atenuar os cortes que se anunciam em relação ao II pilar - o do Desenvolvimento Rural. Este pilar é estratégico que Portugal, os políticos portugueses estão mais sensíveis do que nunca para os investimentos de que ainda carecemos: regadios coletivos, jovens agricultores, valorização das produções locais, majorações superiores em relação a estas regiões, apoio à pequena agricultura. Tudo razões de sobra para que facilmente os parceiros europeus percebam que Portugal não é apenas a faixa litoral com 560 quilómetros de Norte a Sul.

É necessário investir no desenvolvimento rural, em atividades complementares com a agricultura e com a floresta, é necessário aportar mais pesos, incluindo jovens empresários rurais, a estes territórios. E isso requer muitos meios e muita dedicação do Governo central e das administrações regionais. Tenho muitas dúvidas que seja o orçamento nacional a suplementar os

cortes da UE. E mesmo com maior liberdade dos Estados-membros que os 'lobbies' das agriculturas mais poderosas de cada país, mesmo no caso de Portugal, cedam de ânimo leve aos meios que por direito próprio consideram adquiridos.

VE - Numa conferência recente sobre o novo orçamento 2021-2027 alguém dizia que a Agricultura é que vai pagar os custos do 'Brexit'. Partilha dessa opinião?

FC - Não quero acreditar nisso. A agricultura é muito mais que a produção de alimentos. Os cidadãos hoje sabem bem disso e estão mais conscientes da sua importância para a fixação do carbono, para a preservação dos recursos naturais e sua manutenção, para a produção de oxigénio, valorização de importantes áreas do território fortemente ameaçadas de desertificação e na mitigação da progressão do efeito das alterações climáticas.

VE - Que conselho ou repto deixa ao ministro da Agricultura?

FC - O ministro Capoulas Santos conhece muito bem o setor agrícola, pecuário, florestal e as necessidades para podermos criar um verdadeiro programa de desenvolvimento rural no país. Conhece as dinâmicas da exportação e as indústrias que ainda podem crescer mais e aquelas que podem surgir no ramo agroalimentar. Herdou um PDR que, a nível nacional, teve de implementar, mas pouco ou nada participou a nível nacional na sua conceção. Tem tudo nas mãos para criar um programa à sua medida e à medida das necessidades tem que realmente Portugal.

Comissário da Agricultura recua nos cortes no POSEI

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Luís Capoulas Santos, está satisfeito com o anúncio feito na última semana, nos Açores, pelo comissário europeu da Agricultura, Phil Hogan, de que não haverá corte de verbas no POSEI - Programa de Opções Específicas para o Afastamento e a Insularidade nas Regiões Ultraperiféricas.

Recorde-se que a proposta global do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 previa um corte de 3,9% nas verbas do POSEI para o próximo Quadro Comunitário de Apoio.

Para Capoulas Santos, "o ob-

tes de 2018, Portugal deverá registar uma quebra global de quase 21% dos meios financeiros que lhe são destinados, relativamente ao quadro anterior. No primeiro pilar - pagamentos diretos - a quebra será de 13% (3741 milhões de euros contra os 4100 milhões do atual quadro 2014-2020); no segundo pilar - desenvolvimento rural - a quebra será de mais de 28% (3068 milhões de euros contra os 4082 milhões do atual quadro 2014-2020). Por outro lado, a Comissão Europeia prevê que a taxa de cofinanciamento nacional dos investimentos do segundo pilar passará de 15 para 30%.

De visita aos Açores na última semana, Phil Hogan foi acompanhado pelo ministro da

"Entendemos que o corte deveria ser assimétrico, maior para os Estados que recebem um maior financiamento"

jetivo era manter o POSEI com dinheiros comunitários e esse objetivo acaba de ser alcançado, apesar da redução global do orçamento da PAC", refere o ministro em comunicado. Para o governante, o processo negocial que agora se irá iniciar irá incidir sobre "aspectos regulamentares que são importantes para Portugal", notando que "é desejável salvaguardar o acréscimo de mais 160 milhões de euros à dotação atual dos apoios no primeiro pilar da PAC, que está já contemplado na proposta de Bruxelas". Por outro lado, o Governo quer "reduzir a taxa de cofinanciamento no segundo pilar, mantendo o nível de apoios aos agricultores suportado pelo orçamento comunitário".

Também Vasco Cordeiro, presidente do Governo Regional dos Açores, se mostrou satisfeito com a decisão, considerando-a uma "excelente notícia" para a agricultura açoriana. "Manifesto satisfação acrescida com o facto de, conforme anunciou o senhor comissário, a questão do POSEI ser resolvida no sentido de garantir que não apenas a Região Autónoma dos Açores mas todas as regiões que beneficiam do POSEI não sofrer cortes nesta medida", afirmou Vasco Cordeiro.

Note-se que, quanto à Política Agrícola Comum (PAC), e na comparação a preços constan-

Agricultura, Luís Capoulas Santos, pelos eurodeputados portugueses Sofia Ribeiro (PSD) e Ricardo Serrão Santos (PS), pelo secretário Regional da Agricultura e Florestas, João Ponte, e por Sofia Colares Alves, representante da Comissão Europeia em Portugal.

Capoulas Santos discorda da dualidade de critérios da PAC

Luis Capoulas Santos, ministro da Agricultura, discorda da dualidade de critérios aplicada no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC), defendendo um corte assimétrico no segundo pilar, destinado a financiar o investimento.

Chamado ao Parlamento na última semana para uma audição parlamentar na Comissão de Agricultura e Mar, o governante explicou que, "no segundo pilar da PAC, a Comissão [Europeia] aplicou um corte simétrico de 15% a todos os Estados-membros sem exceção e nós não concordamos com esta dualidade de critérios".

No que respeita ao primeiro pilar (ajudas ao rendimento), Capoulas Santos fez questão de frisar que "Portugal saiu a ganhar, uma vez que foi aplicado um corte assimétrico, que se pode traduzir num aumento da verba atribuída ao setor agrícola nacional na ordem dos 160 milhões de euros".